CÂMBIO — IMPORTAÇÃO — CONEXIDADE

— O câmbio fica vinculado à importação licenciada e só pode ser aplicado na cobertura do negócio a que adere.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Agravante: Compensação Comercial Brasileira Ltda.

Mandado de segurança n.º 3.890 (agravo) — Relator: Sr. Ministro
MOURÃO RUSSEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de agravo de petição em mandado de segurança n.º 3.890, do Distrito Federal, em que figuram como agravante Compensação Comercial Brasileira Ltda. e agravado o Chefe de Fiscalização Bancária do Banco do Brasil S. A.:

Acordam os Juizes do Tribunal Federal de Recursos, em sessão plena, preliminarmente, por unanimidade, conhecer do recurso, e, no mérito por igual votação, negar provimento ao mesmo, tudo de conformidade com as notas taquigráficas anexas, que dêste ficam fazendo parte integrante.

Custas *ex-lege*.

Rio, 29-10-54. — *Sampaio Costa*, Presidente. — *Mourão Russel*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Mourão Russel -- O relatório da sentença, que adoto, é o seguinte: (lê).

Inconformada, recorreu a impetrante, Compensação Comercial Brasileira, Ltda., minutando o agravo de fls. 28-29, nestes termos: (lê).

Contraminutou o Procurador da República, de fls. 31 a 32, alegando a seguinte preliminar: (lê).

Mantida a decisão, emitiu a douta Subprocuradoria Geral da República o parecer de fls. 37, que é o seguinte: (lê).

E' o relatório.

VOTO-PRELIMINAR

O Sr. Ministro Mourão Russel — (Relator) — Sr. Presidente, há uma pre-

liminar de intempestividade do recurso, argüida pelo Dr. Procurador da República em primeira instância.

Vê-se, dos autos, o seguinte: a conclusão da sentença foi publicada no *Diário da Justiça* de 30-6-54 (certidão de fls. 26) e a impetrante entrou com seu recurso a 6 de julho, conforme se verifica da petição junta a fls. 27.

Tenho como improcedente a argüição de intempestividade do recurso porque o ilustre Dr. Procurador da República não contou o prazo de acôrdo com a lei: entendeu de iniciá-lo no dia 30 de junho, data da publicação da sentença no *Diário da Justiça*, quando é público e notório que o *Diário da Justiça* só sai à tarde. Assim, considera-se a publicação como sendo no dia 1 e, contado o prazo do dia 2 ao dia 6, o recurso foi interposto dentro do prazo de 5 dias, pelo que o tenho como tempestivo.

VOTO-MÉRITO

O Sr. Ministro Mourão Russel — Negro provimento ao recurso para confirmar a sentença por seus fundamentos, que são os seguintes:

“Por força de decisão judicial, como se vê da anotação feita no verso da licença de fls. 18, a impetrante obteve autorização para importar azulejos de fabricação alemã à taxa de câmbio livre.

Contratado e aprovado o câmbio, decorreu o prazo marcado para a importação sem que tivesse sido efetivada e a impetrante renovou êste contrato e solicitou a prorrogação da licença de importação, que, todavia, lhe foi denegada.

Como, porém, subsiste êsse contrato de câmbio, quer a impetrante dispor da

moeda estrangeira para resgatar dívidas que teria contraído na Alemanha.

Não sei onde pretende encontrar amparo para o seu direito.

O câmbio ficou vinculado à importação licenciada e só poderia ser aplicado na cobertura do negócio a que aderia.

Era, assim, o acessório de um principal, seguindo, portanto, a sua própria sorte.

Frustrado o negócio que se objetivava e extinta a licença que assegurava a sua realização, extinguiu-se, por igual, o direito à utilização de câmbio, que dela dependia.

E tanto se extinguiu, que houve necessidade de ser promovida a renovação do contrato.

Mas, daí não decorre direito algum, porque esta renovação não teria a virtude de isolar-se de negócio principal para constituir outro de natureza autônoma: era uma simples expectativa, subordinada à condição de ser prorrogada a licença, a que continuaria vinculada.

Como a condição não se perfez, é evidente que, também, não se transformou em direito essa expectativa.

Pelo exposto, denego a segurança e condeno a impetrante nas custas (fôlhas 24-25).

E' o meu voto, negando provimento ao recurso.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Preliminarmente, por unanimidade, o Tribunal conheceu do recurso e, no mérito, por igual votação negou-se provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Aguiar Dias, João José de Queirós, Alfredo Bernardes e Cândido Lôbo votaram de acôrdo com o Sr. Ministro Relator. Não tomaram parte no julgamento os Srs. Ministros Elmano Cruz e Djalma da Cunha Melo. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Ministro Sampaio Costa.